



**GUARÁ MULTI FAMILY OFFICE GESTORA DE RECURSOS LTDA.**

**POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO – PROXY VOTING**

**Março/2022**

## **1. INTRODUÇÃO E OBJETO**

1.1. A **Guará Multi Family Office Gestora de Recursos Ltda.** (“Gestora”), em conformidade com as diretrizes elaboradas pelo Conselho de Autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e em conjunto com o seu Código de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros, estabeleceu esta Política de Exercício de Direito de Voto (“Política”), atendendo aos requisitos mínimos estabelecidos pela ANBIMA de forma a garantir o exercício do direito de voto em assembleias gerais de clubes de investimento e de companhias emissoras dos títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos clubes de investimento sob gestão da Gestora (“Clubes de Investimento” ou “Clubes”) e contemplem direito de voto, na qualidade de representante dos Clubes de investimento sob sua gestão.

1.2. O objetivo da Gestora foi estabelecer, por meio desta Política de Voto, os requisitos mínimos e os princípios que nortearão a atuação da Gestora, bem como os procedimentos a serem por ela adotados para o seu fiel cumprimento.

1.3. As disposições dessa Política de Voto se aplicam às empresas que eventualmente integrem o mesmo grupo econômico da Gestora e exerçam a atividade de gestão de carteiras de clubes de investimento.

1.4. A Gestora poderá optar por não exercer o direito de voto nas hipóteses abaixo:

- (i) situações de conflito de interesse em relação à matéria da ordem do dia da assembleia de determinada companhia ou fundo de investimento, conforme o caso;
- (ii) o custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no Clube de Investimento;
- (iii) a participação total dos Clubes de Investimento, sujeitos à Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento), e nenhum Clube de Investimento possuir mais do que 10% (dez por cento) do seu patrimônio no ativo em questão; ou
- (iv) insuficiência de informações disponibilizadas pelo emissor de títulos e valores mobiliários ou pelo administrador do fundo de investimento nos quais o Clube de Investimento detenha participação, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos para a tomada de decisão por parte da Gestora;
- (v) aos Clubes de Investimento Exclusivos ou Reservados, que prevejam em seu estatuto cláusula que não obriga a adoção, pela Gestora, de Política de Voto;
- (vi) aos ativos financeiros cujos emissores estejam sediados fora do Brasil; e
- (vii) aos certificados de depósito financeiro de valores mobiliários – *Brazilian Depository Receipts* (BDR).

1.5. O responsável pelo controle e execução da Política de Voto será o Diretor de Gestão da Gestora, conforme consta no Contrato Social e no Formulário de Referência.

1.6. Sem prejuízo da possibilidade do exercício de direito de voto em relação às Matérias Relevantes Obrigatórias e Facultativas listadas acima, a Gestora poderá comparecer às assembleias gerais dos fundos de investimento e das companhias emissoras que tratem de outras matérias que, a seu critério, sejam de interesse dos Clubes de Investimento e dos cotistas e exercer o direito de voto.

## **2. PRINCÍPIOS GERAIS**

2.1. A Gestora compromete-se a desenvolver as suas atividades com lealdade, respeito, ética e transparência indispensáveis aos interesses dos cotistas dos Clubes de Investimento e à legislação vigente, e exercerá o direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante dos Clubes de Investimento, empregando, na defesa dos direitos dos cotistas, todo o cuidado e a diligência exigidos pelas circunstâncias.

2.2. Na hipótese do edital ou carta de convocação não apresentar informações suficientes sobre as matérias a serem votadas, a Gestora deverá envidar seus melhores esforços para obter os esclarecimentos necessários diretamente com os emissores dos títulos e valores mobiliários ou com seus agentes.

2.3. Em respeito à legislação vigente, a Gestora, com o objetivo de exercer o direito de voto no melhor interesse dos cotistas dos Clubes de Investimento, utilizará de todos os esforços para votar favoravelmente às deliberações que propiciem a valorização dos ativos integrantes da carteira dos Clubes de Investimento.

## **3. SITUAÇÕES DE POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES**

3.1. A Gestora exercerá o direito de voto, nos termos dispostos nesta Política de Voto, pautada sempre nos princípios de transparência, ética e lealdade. Entretanto, nas situações de potencial conflito de interesses, assim consideradas aquelas que podem de alguma forma influenciar na tomada de decisão da Gestora quanto ao voto a ser proferido, serão adotados os procedimentos descritos abaixo.

- (i) As situações de potencial conflito de interesses serão analisadas pela Área de Compliance e Risco da Gestora, que avaliará todos os aspectos da situação e emitirá sua opinião.
- (ii) Caso caracterizado conflito de interesse que possa prejudicar o exercício de voto pela Gestora, serão adotados procedimentos internos para a solução do conflito em tempo hábil para participação da Gestora na respectiva assembleia ou, não sendo possível a

adoção de procedimentos em tempo hábil, a Gestora deixará de exercer o direito de voto nas respectivas assembleias, mantendo sua justificativa à disposição de quaisquer cotistas.

- (iii) Em caráter excepcional, a Gestora poderá exercer o direito de voto em situação de potencial conflito de interesse desde que informe aos cotistas, o teor e a justificativa sumária do voto a ser proferido.

#### **4. MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DA POLÍTICA DE VOTO**

4.1. A Gestora participará das Assembleias dos emissores de títulos e valores mobiliários que requerem voto obrigatório em nome dos Clubes de Investimento, nas seguintes situações:

(i) **No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:**

- a. eleição de representantes de sócios minoritários no Conselho de Administração, se aplicável;
- b. aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- c. aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações dos direitos conferidos por ações, conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Gestora, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Clube de Investimento; e
- d. demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

(ii) **Demais ativos e valores mobiliários permitidos pelos Clubes de Investimento:**

- a. alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

(iii) **No caso dos demais ativos financeiros não previstos acima**

- a. Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

#### **5. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO, REGISTRO E FORMALIZAÇÃO**

5.1. Para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, a Gestora receberá informações do administrador ou do custodiante dos Clubes de Investimento, quanto ao conteúdo em pauta e a ocorrência de tais assembleias. A partir da mencionada comunicação, a Gestora adotará os procedimentos estabelecidos abaixo:

5.1.1. A Área de Gestão sob responsabilidade do Diretor de Gestão realiza o controle e a execução desta Política e coordena o procedimento de tomada de decisão, registro e formalização do exercício de direito de voto, em nome dos Clubes de Investimento.

5.1.2. A Gestora deverá realizar o credenciamento do seu representante no local da assembleia, na forma estabelecida pelos emissores dos títulos e valores mobiliários ou por seus agentes.

5.1.3. Será de responsabilidade da Gestora a manutenção de documentos comprobatórios de eventual contratação de terceiros para a prestação de serviços de representação dos Clubes de Investimento em assembleias, bem como da instrução de voto transmitida a tais prestadores de serviços.

## **6. PUBLICIDADE**

6.1. A presente Política de Voto poderá ser alterada a qualquer momento podendo ser acessada no seguinte endereço eletrônico: [www.guaramfo.com.br](http://www.guaramfo.com.br)

## **7. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO**

7.1. A presente Política será revisada **anualmente**, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo em decorrência de: (i) mudanças regulatórias e eventuais deficiências encontradas; e (ii) testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos.

7.2. A Gestora mantém versões atualizadas em seu website [www.guaramfo.com.br](http://www.guaramfo.com.br) desta Política e dos seguintes documentos: (i) Formulário de Referência, conforme Anexo E da Resolução CVM nº 21; (ii) Política de Gestão de Risco; (iii) Política de Rateio e Divisão de Ordens; (iv) Código de Ética; (v) Política de Investimos Pessoais e da Gestora; e (vi) Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
Março de 2022	1ª e Atual	Diretor de Gestão e Diretor de <i>Compliance</i> , Risco e PLD/FTP